

HISTÓRIA E USOS DA MEMÓRIA EM SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

HISTORY AND USES OF MEMORY IN SÃO FRANCISCO DE
ITABAPOANA

*HISTORIA Y USOS DE LA MEMORIA EN SÃO FRANCISCO DE
ITABAPOANA*

Daiana Junqueira Moreira¹

Resumo: Este artigo propõe uma investigação do processo de construção de uma Memória Social em São Francisco de Itabapoana – RJ, associado ao passado histórico do território e aos aspectos mais recentes ligados a emancipação e elevação da região à categoria de município entre 1995 e 1997. Utilizando como estudo de caso o livro “A Minha Terra também faz parte da História do Brasil” (2002), de Roberto Pinheiro Acruche, busca-se compreender a construção de narrativas que fomentaram a formação e transmissão de uma Memória no município. A obra apresenta pesquisas, relatos e fotografias, focalizando o processo de desbravamento e colonização do sertão Sanjoanense, a riqueza ambiental da região e o patrimônio material e imaterial. Esse trabalho é uma pesquisa exploratória, utilizando o método de Revisão Bibliográfica, com ênfase na análise de livros como fonte histórica. A abordagem visa proporcionar uma compreensão mais aprofundada do processo de construção de memórias e da identidade da população sanfranciscana.

Palavras-chave: História. Memória Social. Usos da Memória.

Abstract: This article proposes an investigation into the process of constructing a Social Memory in São Francisco de Itabapoana – RJ, associated with the historical past of the territory and recent aspects related to the region's emancipation and elevation to the status of a municipality between 1995 and 1997. Using the book “A Minha Terra também faz parte da História do Brasil” (2002) by Roberto Pinheiro Acruche as a case study, the aim is to understand the construction of narratives that fostered the formation and transmission of a Memory in the municipality. The work presents research, accounts, and photographs, focusing on the process of exploration and colonization of the Sanjoanense hinterland, the environmental richness of the region, and the material and immaterial heritage. This study is an exploratory research employing the method of Bibliographic Review, with an emphasis on the analysis of books as historical sources. The approach aims to provide a more in-depth understanding of the process of memory construction and the identity of the Sanfranciscan population.

Keywords: History. Social Memory. Uses of Memory.

Resumen: Este artículo propone una investigación sobre el proceso de construcción de una Memoria Social en São Francisco de Itabapoana – RJ, asociado al pasado histórico del territorio y a los aspectos más recientes vinculados a la emancipación y elevación de la región a la categoría de municipio entre 1995 y 1997. Utilizando como estudio de caso el libro “A Minha Terra também faz parte da História do Brasil” (2002), de Roberto Pinheiro

¹Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense. Email: daiana.moreira.209@gmail.com

Acruche, se busca comprender la construcción de narrativas que fomentaron la formación y transmisión de una Memoria en el municipio. La obra presenta investigaciones, relatos y fotografías, enfocándose en el proceso de desbravamento y colonización del sertão Sanjoanense, la riqueza ambiental de la región y el patrimonio material e inmaterial. Este trabajo es una investigación exploratoria, utilizando el método de Revisión Bibliográfica, con énfasis en el análisis de libros como fuente histórica. El enfoque busca proporcionar una comprensión más profunda del proceso de construcción de memorias y de la identidad de la población sanfranciscana.

Palabras clave: Historia. Memoria Social. Usos de la Memoria.

INTRODUÇÃO

A construção deste artigo partiu de uma análise de caso centrada no livro *A Minha Terra também faz parte da História do Brasil* (2002), de Roberto Pinheiro Acruche. O livro examinado está inserido no contexto de disputas pela memória no município de São Francisco de Itabapoana – RJ, abrangendo tanto as memórias de longo prazo quanto aquelas mais recentes relacionadas ao período em que o livro foi escrito. Ao realizar uma análise crítica da fonte, é perceptível que a narrativa construída destaca, em muitas passagens, os mitos fundadores e os desbravadores da região onde atualmente se localiza o município. Nesse sentido, a História oficial, elaborada por um seleto grupo de indivíduos, também desempenha o papel de construir e transmitir uma dada Memória Social. Essa memória busca promover a coesão social e fortalecer os sentimentos de pertencimento, contribuindo, portanto, para a preservação da ordem estabelecida.

Por conseguinte, este artigo propõe uma investigação do processo de construção de uma Memória Social em São Francisco de Itabapoana, sobretudo após sua emancipação em 1995 e instalação do município em 1997. A concepção de Memória Social adotada nesse estudo baseia-se nas reflexões de Michael Pollak, que a compreende como uma construção social utilizada para legitimar poderes instituídos, preservando a coesão social e construção de identidades (Pollak, 1989, p. 9). O objetivo é problematizar a história construída para São Francisco, identificando personagens e eventos eleitos para protagonizar essa Memória Social.

Além disso, este artigo busca evidenciar que a narrativa oficial não é única e nem absoluta na representação da História de São Francisco, mas sim uma perspectiva dentre várias. A pesquisa utiliza como fonte principal um exemplar do livro *A Minha Terra também faz parte da História do Brasil* (2002), de Roberto Pinheiro Acruche, que reúne escritos históricos e poéticos do autor, publicados em 2002 pela editora Grafimar e doado pelo autor

ao setor de obras raras da Biblioteca Municipal de São Francisco de Itabapoana. Assim, com a pretensão de “resgatar” a História da cidade, os escritos desse autor são considerados referência para a preservação e difusão da História e Memória sanfranciscana. O artigo destaca a necessidade de uma análise crítica e problematizadora da fonte de estudo, considerando o contexto histórico de produção, os sujeitos envolvidos e os objetivos pretendidos com a criação da obra (Bloch, 2002). Consoante a Silva (2016), memória, narrativa e História se interligam na tessitura das obras de caráter memorialista. Em suma, adquirem entonação contemplativa e de exaltação de personalidades locais de destaque, geralmente associados ao processo de povoamento e desenvolvimento territoriais. À vista disso, o processo de formação política de São Francisco de Itabapoana acompanha a trajetória de determinadas famílias locais, cujas Histórias são enaltecidas e revelam os grandes feitos dos primeiros exploradores, fazendeiros e políticos eminentes.

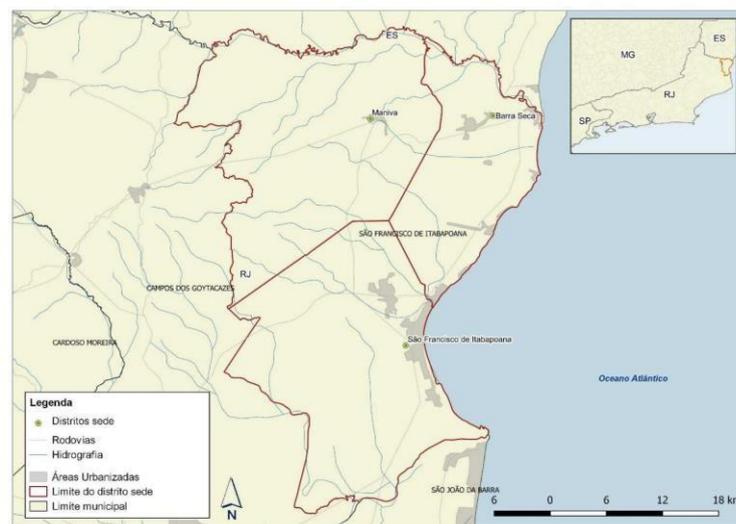
O artigo subdivide-se em duas partes essenciais, a primeira visa discutir duas fontes centrais para o desenvolvimento do livro *A Minha Terra também faz parte da História do Brasil* (2002), do escritor e pesquisador local Roberto Pinheiro Acruche. Assim, faremos uma análise dos relatos de viajantes e naturalistas do século XIX utilizados como fonte pelo autor. No mais, a segunda parte desse artigo tem como objetivo apresentar o referencial teórico para a discussão das relações entre História, Memória e formação de identidades através da revisão bibliográfica de artigos e dissertações. Por fim, buscamos evidenciar os aspectos conflitivos e as relações de poder que permeiam a construção de uma Memória Social sanfranciscana, tendo como referência a análise crítica de trechos do livro de Roberto Pinheiro Acruche.

SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA: DOS PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

Desmembrado de São João da Barra – RJ em 1995, São Francisco de Itabapoana se torna um dos 9 municípios da região Norte Fluminense. Grande parte de sua economia é baseada na pesca artesanal e na produção agropecuária em pequenas e médias propriedades, com especial destaque para as lavouras de mandioca, abacaxi e cana-de-açúcar. A oeste faz divisa com Campos dos Goytacazes; em seu limite setentrional, conta com o rio Itabapoana, marco fronteiro com o Estado do Espírito Santo e, no limite meridional, é margeado pelo rio Paraíba do Sul, marco divisório com o município de São João da Barra. Segundo dados

do IBGE² (2020) e do *Estudo Socioeconômico dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro* (2020, p. 8)³, São Francisco de Itabapoana possui área de 1.122,4 km², o que corresponde a 11,5% da área total da Região Norte Fluminense, integrando a lista dos maiores municípios, em extensão territorial, do Estado do Rio de Janeiro. Ademais, possui uma população estimada em 42.205 habitantes e, com base no Estudo Socioeconômico (2020, p. 35), dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, acaba por ocupar a penúltima posição em índices de desenvolvimento humano (IDHM). No mais, conforme figura 1, São Francisco de Itabapoana é composto por 3 distritos, sendo estes, respectivamente: São Francisco de Itabapoana (sede), Barra Seca e Maniva.

Figura 1 – Limites do Município de São Francisco de Itabapoana e sua localização geográfica no estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Estudos técnicos e planejamento para a universalização do abastecimento de água e esgoto sanitário. São Francisco de Itabapoana, p. 9.⁴

Em proporção aproximada, entre finais do século XIX, cerca de 90% das áreas de mata em São Francisco foram gradualmente substituídas por lavouras de cana-de-açúcar e pastos para o gado bovino⁵. De acordo com o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados disponíveis em: www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/sao-francisco-de-itabapoana.html. Acesso em: 24 de abril de 2023.

³ Disponível em: www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 24 de abril de 2023.

⁴ Disponível em: www.rj.gov.br/consultapublica/documentos/Planejamento_Municipios_do_Interior/PU_Sao_Francisco_de_Itabapoana.pdf. Acesso em: 24 de abril de 2023.

⁵ Criada em São Francisco de Itabapoana pelo Decreto Estadual nº 32.576 de 30 de dezembro de 2002, a Estação Ecológica de Guaxindiba tem viabilizado a recuperação e conservação da popularmente conhecida “Mata do Carvão”. Disponível em: www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-conservacao/estacao-ecologica-estadual-de-guaxindiba. Acesso em: 24 de abril de 2023.

Atlântica (2013/2014)⁶, a cobertura de mata nativa abrange cerca de 5% do território do município, porcentagem que dimensiona o desmatamento descomunal ocorrido entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Ademais, o PróÁlcool⁷ viabilizou a expansão das lavouras de cana-de-açúcar na década de 1970 que, mesmo indiretamente, colaborou para o processo de desmatamento da flora nativa, sobretudo ao estimular a drenagem de diversos córregos e lagoas em função da expansão das terras férteis para a agricultura. Além da cana-de-açúcar, a mandioca também teve grande relevância econômica para o município na primeira metade do século XX, sobretudo após a instalação da fábrica de farinha de Tipity, no sertão de Cacimbas, pelo Barão Ludwig Kummer (GANTOS, 2014, p. 113). As décadas de 1940 e 1950 marcaram o apogeu da lavoura mandiocqueira no município, sobretudo em pequenas e médias propriedades através do sistema de *meação* entre colonos e fazendeiros locais. Segundo Gantos (2014), a produção da mandioca e de seus respectivos derivados esteve atrelada à formação de uma identidade produtiva do sertão sanjoanense que persiste até os dias atuais, a saber:

Nessas bolandeiras, além da farinha – o principal produto extraído da mandioca – outros derivados como tapiocas, beijus, bolos, doces, etc., foram e ainda são atualmente em menor escala, importante fonte de sobrevivência, e em alguns casos, de renda, para as famílias da região, constituindo uma tradição cultural de culinária vinculada fortemente à formação da identidade produtiva do sertão sanjoanense. (Gantos, 2014, p. 120).

Mesmo após o desmantelamento desta indústria local na década de 1970, a atividade de moagem da mandioca persiste, ainda que em menor escala, até a atualidade. Nesse sentido, infere-se que o cultivo da mandioca e a produção de farinha permitem o sustento de inúmeras famílias rurais no município, além de compor uma memória social que aproxima o homem à terra. As fábricas, ora desejadas mediante os empregos gerados que movimentam a economia local; são também condenadas em função dos resíduos e contaminações que degradam o meio ambiente (Chisté; Cohen, 2006). Somadas às atividades agrícolas anteriormente citadas, o município conta atualmente com um alto índice de propriedades voltadas para a abacaxicultura que, de acordo com pesquisas atuais, demandam alta dependência em relação ao uso de substâncias químicas (Pedlowski et. al., 2006, p. 188). No

⁶ Disponível em: <http://mapas.sosma.org.br/>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

⁷ PróÁlcool (Programa Nacional do Álcool): criado em 1975 para superar a carência energética provocada pela crise mundial do petróleo de 1973. As consequências deste programa são impactantes no cenário do Norte Fluminense e, em especial, na paisagem de São Francisco de Itabapoana, visto que as fazendas de gado e lavouras de mandioca são gradativamente substituídas pela monocultura da cana-de-açúcar. Sobre o PróÁlcool, ver: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D80762.htm Acesso em: 24 de abril de 2023.

mais, em meio a tantas contradições, com base nos *Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro* (2008), o setor agropecuário correspondia a 15,7% do PIB sanfranciscano, em contrapartida, o estudo de 2011 demonstra que esse percentual beirou aos 14,8% do PIB local. Desta forma, São Francisco figura como importante fornecedor de gêneros alimentícios no cenário regional⁸, além de ser um dos grandes produtores de abacaxi, mandioca, maracujá e cana-de-açúcar no Estado do Rio de Janeiro (Santos; Lima, 2015, p. 2833). Nesse ínterim, o livro de Roberto Pinheiro Acruche, objeto de análise desse artigo, retrata em diversas passagens a importância do município como polo agropecuário no Norte Fluminense, ressaltando, também, a relevância desse reconhecimento para a formação de uma identidade local. Nesse contexto, é relevante salientar que diversas festividades locais, representadas na obra, refletem tradições transmitidas entre gerações e que integram a identidade do povo sanfranciscano. Assim, o Festival do Maracujá, o Festival do Abacaxi e a Exposição Agropecuária de São Francisco são exemplos da importância dada pelo município ao seu passado histórico, além de refletir a formação de uma identidade ligada à produtividade agrícola na região. Então, é possível depreender, a partir dos escritos desse autor, a relevância e as potencialidades de São Francisco de Itabapoana no cenário estadual. Para tanto, o autor reconstrói um passado glorioso associado à região, moldado pela trajetória de personagens que lutaram, trabalharam e pereceram para estabelecer os fundamentos para o desenvolvimento do sertão de Cacimbas.

Vale ressaltar que, para a construção argumentativa do autor, são utilizados os escritos de viajantes e naturalistas que percorreram os limites entre Campos dos Goytacazes e Espírito Santo na primeira metade do século XIX, cujos registros refletem suas percepções sobre a paisagem, fauna e flora do território onde atualmente se localiza São Francisco de Itabapoana. A seleção e utilização dessas fontes para a construção do livro revela um esforço investigativo do autor, sobretudo porque a utilização de relatos de viagem como fonte histórica favorecem o entendimento de questões históricas, político-econômicas, ambientais, culturais e sociais da região estudada. Dessa forma, do ponto de vista teórico-metodológico, os relatos são essenciais para o entendimento de elementos do cotidiano, costumes, hábitos, objetos, relações sociais e a relação homem-natureza (Minuzzi; Tomazi, 2016).

Acerca dessas fontes, no longínquo ano de 1818, o explorador Augusto de Saint-Hilaire percorreu a extensão territorial situada entre Campos dos Goytacazes e Espírito

⁸ Para maiores informações sobre os índices econômicos, consultar “Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro”. TCE/RJ, 2008, p. 56-57.

Santo. Os detalhes desta viagem podem ser consultados no livro *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil* (1941, p. 407-429). A leitura detida desta fonte nos permite entender um pouco mais sobre o sertão sanjoanense no século XIX, pois fornece informações sobre as construções existentes, desde os casébres até as grandes casas de fazenda, além de relatar a potencialidade fértil do território em questão. De fato, o capítulo VI introduz aspectos referentes a fauna e flora do litoral norte do Rio de Janeiro, revelando a multiplicidade de espécies nativas e a flora estrangeira aclimatada à região. Ademais, a descrição pedológica desenvolvida pelo autor permite identificar algumas das principais características do tabuleiro e da restinga das áreas do sertão sanjoanense⁹.

A medida que segue o curso do Rio Paraíba e percorre as terras situadas entre Campos dos Goytacazes e a Vila de São João da Praia (atual São João da Barra), o autor registra a gradativa diminuição das áreas habitadas e cultivadas com cana-de-açúcar, sendo possível notar, ao longo de todo o trajeto empreendido pelo sertão sanjoanense, o predomínio de grandes áreas de mata virgem. Conforme se dirige à província do Espírito Santo, objetivo final da viagem, os relatos ora adquirem entonação contemplativa perante a natureza intocada, ora expõe a melancolia e o medo dos viajantes, sobretudo nos trechos em que relata a ausência de alimentos, a incerteza do trajeto e o temor perante os grupos de indígenas que viviam próximos à região.

Torna-se necessário ressaltar que, no período da viagem de Saint-Hilaire, o território atualmente conhecido como São Francisco de Itabapoana, à época pertencente a São João da Barra, havia sido palco de incontáveis conflitos entre fazendeiros e povos indígenas da etnia Puri. Ao longo da viagem, a comitiva perpassou a fazenda de Manguinhos e a fazenda Muribéca, propriedades com longo histórico de mudança de proprietários e conflitos com grupos nativos da região. No mais, no caminho percorrido entre as duas fazendas, o autor registra a existência de brejais, lagoas de água salobra e lagos pantanosos, além de identificar pequenas plantações de banana, mandioca e mamão (Saint-Hilaire, 1941, p. 424-428). Diante disso, é possível observar o processo gradual de formação de fazendas, a instalação dos trabalhadores rurais, a criação de roçados, hortas e a domesticação de animais. Importante ressaltar que os relatos de Saint-Hilaire evidenciam a realidade conflituosa entre os povos nativos e os fazendeiros da região. Esses últimos, pela sua persistência em

⁹ Com sertões, referimo-nos a áreas pouco habitadas no século XIX. No caso do sertão sanjoanense, o termo faz referência ao território do atual município de São Francisco de Itabapoana que, à época da Proclamação da República do Brasil, passou a fazer parte de São João da Barra.

reconstruir mesmo após os inúmeros ataques dos grupos indígenas, são rememorados em um processo de glorificação ao passado dos desbravadores da região.

De forma complementar, a viagem empreendida pelo príncipe e naturalista alemão Maximiliano de Wied-Neuwied, em 1815, também nos fornece informações extremamente descritivas do sertão de São João da Barra (hoje São Francisco de Itabapoana). Com conhecimento em botânica, o príncipe identifica e descreve a multiplicidade de espécies estrangeiras aclimatadas à região, bem como as espécies nativas que consegue identificar. Assim como Saint-Hilaire, a comitiva do príncipe parte da Vila de São Salvador com destino à Vila de São João da Barra, a qual descreve da seguinte maneira:

S. João da Barra é uma localidade que se não compara a S. Salvador, pois que só tem uma igreja, ruas sem calçamento, casas de um só andar, construídas de madeira e barro. Mas, por outro lado o rio é navegável por navios de regular tamanho, brigues e sumacas, e tem comunicação imediata com o oceano. (Wied-Newied, 1941, p. 120).

Assim, conforme adentra nas terras do sertão de Cacimbas, o autor descreve as principais características da fauna e flora locais, das rochas e lagoas encontradas pelo percurso e, por fim, do rio Itabapoana (Wied-Newied, 1941, p. 117-128).

Depois de atravessada a floresta, encontrámo-nos em extensas plantações recentes; de uma elevação, onde se viam troncos por terra em todas as direções, divisámos um quadro encantador da majestosa solidão, às margens do Itabapoana, que, como uma fita de prata, vai coleando entre as selvas umbrosas, e corta uma planície verdejante, em cujo meio se localiza a grande “fazenda” de Muribeca. (Wied-Newied, 1941, p. 123).

Por meio da leitura das fontes supracitadas, foi possível depreender que, na primeira metade do século XIX, a paisagem natural do sertão de São João da Barra se manteve relativamente estável, realidade que será gradativamente alterada em meados do século XIX, predominando o desmatamento para aquisição de madeira de lei, lenha e como método para a expansão das áreas de pastoreio para o gado *vacum*. Essas informações são essenciais para compreender a construção da memória em São Francisco de Itabapoana, vinculada ao processo de ocupação, exploração e desenvolvimento da agricultura e pecuária na região. Em síntese, percebe-se que os relatos de viagem são fontes cruciais para entender aspectos relacionados ao processo de ocupação do território em estudo. As fontes utilizadas por Acruche (2002) possibilitam uma compreensão mais abrangente das percepções desses viajantes acerca do território e sobre a população emergente que se estabeleceu nas terras do sertão de Cacimbas, evocando um passado de lutas pela terra e resistência na região.

A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

Tomemos, a título de introdução, o papel desempenhado pela Memória como agente de coesão social apresentado na obra de Michael Pollack (1989), na qual são discutidas as formas pelas quais a construção das Memórias sofrem influência dos ditos poderes instituídos. Assim, se evidenciam as diversas utilizações e conflitos da Memória como, por exemplo, a relação entre as Memórias oficiais que sofrem influência do grupo politicamente dominante, e as subterrâneas, Memórias de uma minoria que se silencia, mas que, em eventuais situações de crise social, emergem reivindicando reconhecimento. Para melhor esclarecer esse debate, alude-se ao artigo da professora Claudia Cristina Azeredo Atallah, que, com expertise, melhor define o pensamento presente na obra de Pollak, a saber:

[...] as constantes referências ao passado sugerem interpretações e ressignificações do que se deseja salvaguardar, em nome de um dado sentimento de pertencimento que servirá, política e socialmente, como definidor de identidades coletivas e mantenedor da coesão dos diversos nichos e instituições que compõem dada sociedade. (Atallah, 2019, p. 247).

Neste sentido, citamos o trabalho de Helenice Rodrigues da Silva (2002), no qual a autora tece críticas a desconfiança dos historiadores em relação a Memória e admite aproximações possíveis entre as duas áreas. Para Silva, apesar de a Memória ser passível de manipulações, pode e deve integrar a análise do Historiador do tempo presente. Fala-se, assim, de uma História Social da Memória que, por ser construção e fenômeno coletivo, é modelada pelo contato com a família e as mais diversas instituições sociais. Nesta lógica, a separação entre História e Memória não seria viável, uma vez que a última compõe o imaginário popular e atua na composição das identidades coletivas, manifestando-se como fator de coesão para dada sociedade (Silva, 2002). Por vezes, opera como fator de aglutinação ao consolidar elementos característicos de pertencimento entre o grupo e, em outras situações, influencia a diferenciação em relação aos demais indivíduos (externos ao grupo).

A Memória é compreendida como um fenômeno construído socialmente, caracterizado por uma seleção cuidadosa de elementos do passado de uma comunidade que precisam ser preservados. Esse processo envolve tanto a manutenção quanto a eliminação seletiva de eventos históricos, emergindo através das narrativas que se constroem no presente. Ao examinar a obra *A Minha Terra Também Faz Parte da História do Brasil* (2002), torna-se perceptível que a tentativa de elaborar uma narrativa histórica para São Francisco de Itabapoana buscou sintetizar os aspectos mais relevantes do desenvolvimento da região. Além disso, a opção por privilegiar uma narrativa em detrimento de outra está

sujeita à subjetividade do autor, cujos critérios estabelecem o que deve ser contado e o que permanece silenciado.

Nesse sentido, a Memória pode ser caracterizada como um *processo* permanente de construção e reconstrução de significados, pois reorganiza simbolicamente o universo dos grupos sociais. Haja vista, os esforços empreendidos pela coletividade para assegurar-lhe estabilidade é, em síntese, evidência de seu caráter fluído e volúvel. Dessa forma, a Memória passa por diversos mecanismos de retenção, manipulações, ocultações e inversões para ser consagrada no âmbito da coletividade, mas também é condicionada a sistemas de seleção, descarte e esquecimento (Halbwachs, 1990). Para melhor exemplificar esta discussão, recorreremos a caracterização de Coro Rubio Pobes (2016) sobre o fenômeno da Memória Coletiva, a saber:

La memoria colectiva pertenece al terreno de lo político, responde a sus inquietudes y sirve a sus fines, sean estos contribuir a restablecer la convivencia ciudadana anteriormente rota o tratar de evitar la repetición de una tragedia colectiva; u otros bien distintos y menos explícitos como actuar de instrumento de legitimación del poder, alimentar o enardecer el patriotismo, o definir y socializar identidades colectivas. (Pobes, 2016, p. 365).

Neste sentido, as comemorações e rememorações nos revelam as fragilidades inerentes aos excessos da Memória, ao mesmo tempo em que seus usos políticos apontam sua insuficiência (Silva, 2002; Vasconcelos, 2011). Desta forma, conservação e apagamento são, necessariamente, codependentes e indissociáveis à manutenção do equilíbrio social. Nota-se que a Memória Social oficial adquire usos políticos na medida em que acentua a formação de uma identidade regional que impele as Memórias veladas a permanecerem subterrâneas e apartadas das narrativas oficializantes (Todorov, 2000; Silva, 2002; Atallah, 2019). Desse modo, a construção de uma Memória Social sanfranciscana remete à formação identitária que se liga a um passado de resistência e luta pela terra, principalmente ao pensarmos o papel do município como um dos maiores produtores de gêneros agrícolas da região Norte Fluminense.

A emergência de uma História de São Francisco se reflete na necessidade de elaboração de uma literatura local que se divide em assuntos distintos, porém entrelaçados. Entre os quais, podemos citar os eventos ocorridos no início do processo de colonização, o surgimento dos primeiros povoados, a religiosidade sanfranciscana, as primeiras igrejas e os conflitos que permeiam a História política do município. Então, o livro de Roberto Pinheiro Acruche (2002) serve de referência para a construção de uma literatura local que objetiva resgatar e registrar aspectos da História e cultura do município. A obra em questão se baseia

em documentos oficiais, relatos de viajantes do século XIX, cartas de colonizadores dos séculos XVI e XVII, bem como de fontes escritas, entrevistas e fotografias fornecidas por descendentes de importantes famílias locais. Produções literárias de natureza memorialista, em sua maioria, inclinam-se a reproduzir a narrativa delineada pela História Oficial, conferindo uma margem limitada para a contemplação da história de outros grupos. Esse viés acarreta desafios ao pleno entendimento das vivências e contribuições desses grupos na esfera política, social, econômica e cultural da região. Sendo necessário, portanto, questionar a História oficial e explorar o não-dito a fim de dar visibilidade a uma História das minorias.

No livro de Acruche (2002), a História do município começa com a História da Capitania de São Tomé. Visando interligar a História local ao contexto geral de colonização da América portuguesa¹⁰, o autor afirma que:

Apesar de haver divergências entre os historiadores quanto a localização exata da Vila da Rainha, e certamente elas continuarão a existir, conclui-se, no entanto que o mais provável é que tenha sido exatamente nas proximidades do Rio Managé (hoje Itabapoana), o exato local de sua edificação; pois os únicos documentos autênticos da época que fazem referência a Vila da Rainha, dão por assim entender [...]. (ACRUCHE, 2002, p. 35).

Para chegar a esta conclusão, o escritor recorre a argumentos de autoridade referenciados em duas cartas de autoria de Pero de Góis, datadas, respectivamente, dos anos de 1545 e 1546. Dessa forma, para complementar sua tese, o autor alude a pesquisadores que em algum momento citaram a Vila da Rainha em seus trabalhos. Apesar das inúmeras divergências historiográficas quanto a localização exata da Vila, estudiosos como Aberto Ribeiro Lamago (1945); João Oscar (1976) e Fernando José Martins (1868), fornecem indícios que afirmam ter sido a vila, em definitivo, o primeiro núcleo de colonização empreendido por Pero de Góis na capitania de São Tomé (Acruche, 2002, p. 35-45).

Dando continuidade a esse debate, a obra de Todorov (1999) nos permite aprofundar a discussão sobre a visão eurocêntrica e conflituosa inerente ao processo de colonização das Américas. Logo, em um primeiro momento, a estranheza e encantamento fascinavam os colonizadores, que enxergavam os nativos como “bons selvagens”. Entretanto, na medida em que as tentativas de dominação esbarram na resistência cultural dos povos indígenas, tal visão idealizada transforma-se em estranhamento, desconfiança e incerteza perante os

¹⁰ O território em que atualmente se localiza São Francisco de Itabapoana, quando da divisão da América portuguesa em capitanias hereditárias em 1534, passou a integrar a Capitania de São Tomé, posteriormente Paraíba do Sul, concedida ao donatário Pero de Góis pelo Rei D. João III em Carta de Doação datada de 29 de fevereiro de 1536 (Martins, 2019, p. 47-54).

aspectos ritualísticos e culturais do “outro”. Dessa forma, o livro de Acruche (2002) descreve a hostilidade das relações entre os colonizadores e os grupos indígenas da etnia Puri que, à época, habitavam o território do atual município de São Francisco de Itabapoana. Então, além de relatar os embates que acabam por ocasionar a completa destruição da Vila da Rainha, também nos permite entender a construção idealizada e estereotipada da figura do indígena que, por ventura, tem sua História silenciada e submetida à visão eurocêntrica da História.

“A História normalmente contempla aqueles que a fazem. Falar de Pero de Góis é resgatar a Memória de quem deu início a toda uma obra que nos permite hoje esta narrativa” (Acruche, 2002, p. 53). A citação adquire entonação contemplativa e de glorificação ao passado dos primeiros e “corajosos” desbravadores, cujas ações teriam supostamente criado os meios para a conquista e posterior desenvolvimento do território. Em síntese, o autor evidencia a preservação da Memória de alguns atores sociais importantes para a História do município, cujos feitos suscitaram a admiração pública e sua elevação a categoria de “vultos históricos” (Atallah, 2019, P. 250; Enders, 2015, p. 16).

Assim ficam identificados aqueles que deram origem a população do atual território sanfranciscano, excluídos, no entanto os que descendem dos escravos e dos nativos e da possível relação entre estes das quais não encontrou este autor qualquer registro. (Acruche, 2002, p. 225).

Haja vista, dentre os inúmeros personagens citados na obra de Acruche, Pero de Góis figura como um dos principais vultos heroicos de São Francisco, cujos feitos são rememorados em função das tentativas de implantação e desenvolvimento da Vila da Rainha. Outrossim, para além desse personagem, diversas unidades de ensino, bairros e ruas são atualmente homenageados com os nomes de alguns desbravadores do sertão de Cacimbas, tornando-os, além de vultos históricos, gente que é nome de rua (Acruche, 2002, p. 54; p. 229).

Em específico, ao analisarmos o livro de Acruche (2002), é possível perceber uma tentativa de contar a História de São Francisco de Itabapoana inserida em um contexto mais amplo, que é a História do Norte Fluminense e até mesmo do Brasil, o próprio título da obra revela essa pretensão, pois ao escrever *A Minha terra também faz parte da História do Brasil*, o autor evidencia que à História do município merece ser dada a devida atenção. A construção narrativa regional é centrada nas realizações de alguns indivíduos, tais como os desbravadores do território, políticos eminentes envolvidos no processo de emancipação político-administrativa e fazendeiros. A história da região é, assim, sintetizada em ações e

decisões desses homens, predominantemente pertencentes a famílias tradicionais, descritos como desbravadores e pioneiros. São limitadas as informações sobre a população comum durante a colonização e posterior ocupação do sertão de Cacimbas, sendo mencionada em algumas passagens do texto, mas sem maiores aprofundamentos sobre a trajetória de trabalhadores, indígenas, negros e mulheres, os quais afirma o autor não ter encontrado muitos registros. Na história recente, o livro revela que alguns homens, muitos dos quais faziam parte de uma elite local¹¹, conduziram suas ações com base em interesses próprios, buscando alcançar prestígio social e cargos político-administrativos. Suas lutas políticas, como a emancipação de 1995, não refletiram, necessariamente, um desejo pelo bem-estar social, mas, em grande medida, buscavam consolidar e ampliar seu próprio poder. A Memória, fator essencial para a construção de um sentimento de identidade regional, busca suprimir as tensões e divisões existentes entre grupos sociais, delineando o que significa ser um sanfranciscano ao enfatizar a construção de uma identidade regional com base em um passado que privilegia a narrativa de certos grupos em detrimento de outros.

Partindo do pressuposto de que a construção de uma Memória Social sanfranciscana também esteve diretamente ligada a uma religiosidade inerente ao processo de desenvolvimento da região, o autor realiza um trabalho de identificação dos centros religiosos e datas comemorativas que, até os dias atuais, integram-se ao imaginário social da população local. Dentre a diversidade religiosa presente no município, torna-se necessário destacar a forte influência moral e simbólica da Igreja Católica na formação cultural, social e política das comunidades locais. Logo, as principais comemorações e festividades são de origem religiosa, sobretudo no que diz respeito aos festejos em homenagem aos santos católicos. Assim, é possível entender que a religião marcou e ainda exerce influência sobre as dinâmicas locais do município. À título de exemplo, Acruche (2002, p. 73-79) relata que o processo de povoamento e posterior desenvolvimento do sertão de Cacimbas ocorreu de maneira concomitante à construção das primeiras capelas e oratórios católicos, muitas vezes construídas com financiamento dos fazendeiros e mão de obra dos moradores locais. Assim, é perceptível que a Memória e a identidade que se almejam construir demandam uma constante evocação e celebração, constantemente rememoradas por meio de comemorações públicas e fundação de lugares de Memória. Esses locais representam vestígios do passado

¹¹De maneira conceitual, elite local é um conjunto de indivíduos que detêm autoridade política, recursos econômicos e prestígio social, exercendo influência nas decisões tomadas em nível local e, por fim, assumindo posições de poder no jogo político.

que buscam assegurar a fixação de uma dada memória e sua transmissão, impedindo, portanto, o esquecimento (Silva, 2002).

Ademais, valendo-se dos *Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reis – 1785: Descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito dos Campos dos Goitacazes*, registros familiares e documentos cartoriais, o autor contabiliza as propriedades e bens daqueles que passaram a ocupar o território após o longo período de abandono decorrente do fracasso colonizador do século XVI. Por este meio, a obra nos permite entender, em longa duração, as origens de diversas famílias locais e como se deu o processo de ocupação das terras da região. Logo, depreende-se que a construção dessa História remete a representações do passado que por vezes privilegiam as trajetórias e ações de certos personagens em detrimento de outros.

Conforme discussão anterior, o resgate da Memória se dá no presente e para acatar solicitações desse mesmo presente. A Memória, como construção social, reorganiza simbolicamente as relações dentro dos grupos sociais, no imaginário das pessoas, imagens e objetos, justamente em função da seletividade e legitimidade que produz sobre o passado. Por conseguinte, conforme demonstrado anteriormente, o escritor Roberto Pinheiro Acruche dedica parte de sua obra ao resgate das festividades e a materialidade das mais antigas construções e lugares de Memória de São Francisco. Vale ressaltar que o simbolismo das ruínas de antigos moinhos, engenhos, casas e casarões nos revela que “a escravização dos nativos e dos negros africanos nesta região, em cujo litoral o tráfico foi intenso, serviu para alguns fazendeiros constituírem verdadeiras fortunas.” (Acruche, 2002, p. 165). Em síntese, o apelo identitário presente na obra desse autor nos permite entender as complexas e intrincadas relações que, por vezes, revelam a instrumentalização política da Memória. (Silva, 2002, p. 432).

Conforme informações extraídas do livro de Acruche (2002), o processo de emancipação político-administrativa de São Francisco, antes pertencente a São João da Barra, foi notadamente marcado pela articulação dos poderes locais em um jogo político que visava elevar o novo município na hierarquia urbana do Norte Fluminense. Diversas justificativas podem ser extraídas dos relatos, como exemplo, o discurso que sobressai das fontes demonstra que a população sanfranciscana seria diretamente beneficiada pela emancipação, sobretudo devido a criação de um novo polo administrativo no município e uma estrutura urbana que beneficiaria diretamente os cidadãos, com a expansão de escolas, criação de hospitais, saneamento urbano, geração de empregos, etc. Não temos a pretensão

de minimizar essas demandas, entretanto, é válido salientar que a criação do município seria favorável aos interesses da elite local, a qual estaria diretamente envolvida no processo de separação do município, ocupando cargos político-administrativos e gerenciando os novos empreendimentos e investimentos provenientes do governo estadual e federal. É relevante enfatizar que o fenômeno de emancipação e estabelecimento de novos municípios, notadamente ocorrido no final do século XIX e XX, é crucial para evidenciar a influência das elites locais. Esse processo ganha significância, principalmente porque a ascensão a município simbolizava a conquista de status social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar as apropriações e usos do passado para referenciar ações no presente e legitimar uma dada Memória Social. Grosso modo, as discussões tecidas ao longo deste trabalho nos permitem compreender as complexas relações entre História e Memória como instrumento de legitimação de uma identidade sanfranciscana que, por meio da rememoração do passado, cria e recria “vultos históricos” de destaque para o processo de dominação do território e emancipação político-administrativa do sertão de Cacimbas, alçado à categoria de município no final do século XX. Para isso, valemo-nos da obra do escritor local Roberto Pinheiro Acruche, cujos escritos fornecem informações essenciais para o entendimento da História e tradições características de São Francisco e que, como o próprio título do livro esclarece, busca evidenciar que *A minha terra também faz parte da História do Brasil*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRUCHE, R.P. **A minha terra também faz parte da História do Brasil**. Rio de Janeiro: EdG, Editora Grafimar, 2002.

ATALLAH, C. C. A. . Ensino de História, Memória e regionalismo: uma análise do currículo de Campos dos Goytacazes. **MÉTIS: História & Cultura**, v. 18, n. 35, 2019, p. 245-265.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CHISTÉ, R. C.; COHEN, K. O. **Estudo do processo de fabricação da farinha de mandioca**. EMBRAPA: Amazônia Oriental, Editorial, 2006, ed. 1. 75.p. Disponível em: www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/903120/estudo-do-processo-de-fabricacao-da-farinha-de-mandioca. Acesso em: 24 de abril de 2023.

COUTO REIS, Manoel Martins do. **Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reis – 1785**: descrição geográfica, política e cronológica do Distrito dos Campos Goitacazes.

Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima; Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

GANTOS, Marcelo Carlos. Tipity, arqueologia de um sonho tropical. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.43, n.3, p.110-127, set./dez. 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. SP: Vértice, 1990.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o Brejo**. Editora Lidador, 1945.

MARTINS, Fernando José. **História do Descobrimento e Povoação da cidade de São João da Barra e dos Campos dos Goytacazes**: Antiga capitania da Parahyba do Sul e da causa e origem do levante denominado *_dos fidalgos_* acontecido no meado do século passado. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, ed.23, 2019. Disponível em: https://arquivosbrasil.blob.core.windows.net/insulas/anexos/memorias_fluminenses_4_mio_lo_versao-inferior_final-25-07_site.pdf. Acesso em: : 24 de abril de 2023.

MINUZZI, João Davi de Oliveira; TOMAZI, Taís Giacomini. Limites e possibilidades no uso de fontes históricas: Batismos, Inventários e Relatos de Viagem. **História Unicap**, v. 3, n. 6, jul./dez. De 2016.

OSCAR, João. **Apontamentos para a história de São João da Barra**. Mini-Gráfica editora, 1976.

PEDLOWSKI, M. A.; AQUINO, S. L. de; CANELA, M. C.; SILVA, I. L. A.. Um estudo sobre a utilização de agrotóxicos e os riscos de contaminação num assentamento de Reforma Agrária no Norte Fluminense. **Journal of the Brazilian Society of Ecotoxicology**, v. 1, n. 2, 2006.

POBES, C. Rubio. Los Rostros de la Memoria: El fenómeno memorialista en el mundo actual y sus usos políticos. **Historia y Política**. n. 35, enero-junio, 2016, p. 343-368.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SAINT-HILAIRE, Augusto. **Viagem pelo distrito dos Diamantes e pelo litoral do Brasil**. Companhia editora nacional, São Paulo, 1941.

SANTOS, Erika Vanessa Moreira; LIMA, Maria do Socorro. O rural no Norte Fluminense. **XI Encontro nacional da ANPEGE**, p. 2828-2839, 2015.

São Francisco de Itabapoana. In: **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**. TCE/RJ, 2008. Disponível em: www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos Acesso em: : 24 de abril de 2023.

São Francisco de Itabapoana. In: **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**. TCE/RJ, 2011. Disponível em: www.cedca.rj.gov.br/pdf/SaoFranciscoDeItabapoana.pdf Acesso em: 24 de abril de 2023.

São Francisco de Itabapoana. In: **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**. TCE/RJ, 2020. Disponível em: www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos Acesso em: : 24 de abril de 2023.

SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da Memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, p. 425-438.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América:** a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2 ed., 1999.

_____. **Los abusos de la Memoria.** Barcelona, Editorial: Ediciones Paidós, 2000.

VASCONCELOS, Jose Antonio. História, Ética e Discurso memorialista. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho, 2011.

WIED-NEUWIED, Maximilian. **Viagem ao Brasil.** Companhia editora nacional, São Paulo, 1940.